

Os ouvidos e os olhos da Nação

HAMILTON ALMEIDA FULHO
Da Sucursal de São Paulo

Se a imprensa é — como escreveu Ruy Barbosa — “os ouvidos e os olhos da Nação”, vista daqui, deste lado do balcão, na semana dedicada à sua comemoração oficial, eu me atrevo a completar: somos também a cara do Brasil de hoje.

Sem margem de erro e de uma forma ampla geral e irrestrita, se pode dizer que o jornalismo brasileiro de todo o santo dia é, isto sim, melhor do que poderia ser. Fora o circo e as palhaçadas (que no fundo fazem parte da democracia e do jogo do poder), não há cidadão consciente do Brasil nos últimos anos que possa levantar suspeitas contra os que exerceram o quase sagrado e sempre penoso dever de informar o próximo — seja pelas ondas de rádio, as imagens de TV ou pelas palavras escritas nas revistas e nos jornais.

Senão vejamos duas ou três coisas que nós todos sabemos dela, imprensa dos últimos 10 anos no Brasil: em 25 de outubro próximo terá se passado uma década da morte do jornalista Vladimir (Vlado) Herzog, numa cela do Dolf-Codi do II Exército, em São Paulo. Preso que se apresentou por livre e espontânea vontade para depor, Vlado era diretor de jornalismo da TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta e sua morte por enforcamento, dada pelas autoridades de então (em plena vigência do AI-5) como suicídio se tornou

um marco do fim das atrocidades de um regime que tinha perdido a sua razão de ser.

A trama que envolveu a perseguição e prisão de mais de 10 jornalistas àquela época, entre os quais Vlado, procurava justamente identificar focos de resistência à censura férrea daqueles dias. O Dolf-Codi “investigava”, entre jornalistas tidos como “comunistas de São Paulo”, quem estaria articulando uma publicação que se chamaria “Jornal de Oposição” e seria lançado “brevemente”. No meio do túnel dos anos negros da década de 70, um jornal a ser feito pelo jornalista Mino Carta, ainda diretor da “Veja”, com apoio do governador de São Paulo de então, Paulo Egídio Martins e, ainda mais, com o estímulo por baixo do pano do então chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva — imaginem — era considerado subversivos por aqueles que estavam cegos e ainda pensavam deter o poder.

— Uma ditadura não acaba com a imprensa, mas a imprensa pode acabar com uma ditadura.

A frase — que não é simplesmente de efeito — me foi dita certa vez por Samuel Wainer, um dos jornalistas brasileiros de maior experiência na luta pela liberdade de informação. Pai do “Diretrizes”, jornal nânico e pioneiro no ramo alternativo lançado debaixo do Estado Novo de Vargas, fundador da “Última Hora”,

destruída pela revolução de março, Wainer sabia o que estava dizendo, pouco antes de morrer, há 5 anos, também num mês de setembro.

— Imprensa é oposição; o resto é armazém de secos e molhados.

Essa é de Millôr Fernandes, o jornalista símbolo de sua própria frase. Tirante o exagero (e o radicalismo anárquico do autor), a imprensa brasileira pode ser responsabilizada também pela apuração do Riocentro (1981). Onde caiu por terra, de vez, o costume começado com a morte de Vlado. Não importa para a opinião pública que um IPM, feito ao arrepio da Justiça, procurasse ocultar o que aconteceu por trás da explosão da bomba dentro do “Puma”.

A imprensa havia cumprido o seu papel e o Brasil inteiro já sabia o que de fato havia acontecido nos porões do regime.

Ao desfilar esse rosário da história recente, não se pode esquecer que o jornalista não inventa o fato e o seu poder vai até o limite de apenas denunciá-lo ou esclarecê-lo.

E assim surgiram os casos Delfin, Capemil, Coroa-Brastel, Tieppo, Polonetas, todos exemplares, a ponto de provocarem infundáveis comissões parlamentares de inquéritos, que deram muita vida ao Congresso Nacional desses anos 80, de transição para a democracia plena.